



Consulta Prévia APR 02/2025
Aquisição de Leite Escolar – Ano de 2025
(Efetuada ao abrigo de Acordo Quadro CPCC/05/2023 da CIMT)

CONVITE

Pelo presente definem-se as condições do convite a efetuar relativo ao procedimento de ajuste direto acima identificada.

Entidade Adjudicante: Município de Alcanena;

Órgão que tomou a decisão de contratar: Presidente da Câmara, no exercício das suas competências;

Fundamento da Escolha do Procedimento: Procedimento de Consulta Prévia, prevista na alínea a), n.º 1, do art.º 16º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, escolhido com fundamento legal na alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º, conjugado com o artigo 26º-A, ambos do mesmo Código.

CPV: 155114

Entidades a convidar:

- **Lactogal – Produtos Alimentares, S.A.**
- **Parmalat Portugal – Produtos Alimentares, Lda**

Documentos que constituem a proposta:

- Declaração conforme Anexo I ao Código dos Contratos Público aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29/1, também anexo, republicado em anexo ao Decreto-Lei 111-B/2017, de 31/08;
- Documento que revele o poder de representação e assinatura do representante, caso aplicável;
- Certidão do registo comercial da sociedade ou Código de acesso à Certidão Permanente da Sociedade;

Prazo de apresentação da proposta: até às 17:30 horas do **3.º dia após o convite**;



Modo de apresentação das propostas:

O formulário de resposta ao presente convite encontra-se disponível na plataforma de eletrónica de Compras Públicas da ACINGOV, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>;

Caução: Não é exigida Caução;

Negociação: Não haverá lugar a negociação de propostas;

Critério de Adjudicação: Monofator - O preço enquanto o único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Critério de desempate das propostas:

Caso seja verificado empate no valor global das propostas, o desempate será efetuado tendo em consideração o preço unitário apresentado para o leite meio gordo UHT simples, sendo ordenado em primeiro lugar o concorrente que apresente menor valor unitário.

Caso seja verificado empate após a aplicação do primeiro critério de desempate, o segundo critério de desempate será através de sorteio presencial, entre as concorrentes em que se verifique o(s) empate(s) e o Júri do procedimento.

Documentos a apresentar pelo adjudicatário, após a adjudicação, estabelecendo-se o prazo de **3 dias**

- a) – Declaração conforme Anexo II ao Códigos dos Contratos Público aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29/1, também anexo, republicado em anexo ao Decreto-Lei 111-B/2017, de 31/08;
- b) - Certidão emitida pelo Serviço de Finanças respetivo (em alternativa pode ser dada autorização de consulta via Internet);
- c) - Certidão emitida pela Segurança Social (em alternativa pode ser dada autorização de consulta via Internet NISS:20006042908);
- d) - Cópia de Registo Criminal da empresa e de quem obriga a empresa, de acordo com o exigido no n.º 2 do art.º 126º do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro.
- e) – RCBE – Registo Central do Beneficiário Efetivo, se aplicável;
- f) - Documento com identificação do número do Bilhete(s) de Identidade ou Cartão de Cidadão do(s) outorgantes no contrato a celebrar e documentos que lhe conferem poderes, se for caso disso;
- g) - Declaração sob compromisso de honra, comprovativa de que a não recorre a trabalhadores clandestinos e/ou em situação ilegal para a execução do contrato (conforme modelo anexo).



h) - Documento comprovativo de que a firma tem implementadas medidas técnicas e organizativas adequadas, em conformidade com o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados para que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados. Em alternativa, poderão remeter declaração que conforme modelo anexo.

O Vereador

(Nuno Miguel Costa Silva)

Por Delegação de Competências nos termos do Despacho ref.ª 22017, de 27 de outubro de 2021
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa ¹